

# Retrospectiva Campineira

JORGE ANTONIO

## O POVOADOR IMPROVISADO (2.a Parte - 1)

Retomando, hoje, a matéria que o título já indica, retornando desta forma à primeira série das nossas crônicas, para completar a retrospectiva campineira, vejamos o que mais há para se falar sobre o Morgado, antes do exame dos seus atos relativos a Campinas. Esta segunda parte salta aquela crônica solta da louvação ao povoador, para se ligar à de n.º 14, sob o mesmo título acima e que se publicou a 14 de janeiro de 1976: — esta eu terminava dizendo que estávamos e continuaríamos tratando das cartas do Morgado, cujos textos claramente indicam os verdadeiros propósitos da restauração da capitania, a servir de cabeça de ponte para os aprestos bélicos fronteiriços, a despeito de todo o improvisado, também nesse particular. Improvisado é temerário, porquanto o comadrismo familiar das duas coroas era uma permanente caixa de surpresas, atando e desatando intimidades, nos recessos palacianos, surpreendendo e desmoralizando beligerantes teleguiados, que muitas vezes combatiam "inoficialmente", salvando a face dos superiores, cujas saídas e desculpas airosas podiam ser feitas sempre que a coisa encrespasse ou ficasse preta. O próprio Morgado se confessou partidário desse jogo... político. São Paulo, como eu já disse aqui, tendo começado como plataforma para as arremetidas descobridoras terminou por se transformar em simples trajeto, conveniente e, muitas vezes, dispensável servidão de passagem, não raro por culpa de zabolhos áulicos que aumentavam seu poder quanto maior seu desserviço à coroa, enganada, mal-orientada e, assim, dependente desses intermediários oportunistas. Não falo do Morgado — este foi apenas um incauto, ou fraco, conivente: para apenas ficar com dois, porque inimigos declarados de S. Paulo, aponto agora um deles, ficando o outro para as próximas crônicas, quando eu tiver de falar da formação da capitania de São Paulo, quando, também, começa a aparecer Antonio da Cunha de Abreu. E se começo pelo segundo, é porque justamente no seu longo governo que o elã do desenvolvimento "paulistino", como então nos apelidávamos, foi de início, sorrateiramente e depois abertamente solapado — com ele à frente: Gomes Freire de Andrade (o segundo desse nome) o famigerado Conde de Bobadella, que de bobo nada tinha. Decaindo a capitania, conseqüentemente, tudo passava a marcar, razão porque todo o território paulista era um vasto ermó, com suas esparsas povoações mesmo nos caminhos de mais intenso movimento, pelo ouro e pelo gado. De nada adiantara ter-se dado à vila de São Paulo a qualidade de cidade, pois várias décadas ainda transcorreriam antes de conquistado o benefício de um Bispado que, ironia da sorte!, chegou quando se liquidava a capitania. E justamente por estes maus fados é que se torna veramente importante o denodo — sadiamente interesseiro — daqueles sesmeiros povoadores que roteavam a terra para plantar famílias — arcabouço da nacionalidade, cujos frutos o

século seguinte colheria às mancheias. No entanto, foi a duras penas que sustentaram sua pacífica batalha. A fixação do morador era um objetivo e um fato com a prevalência, por certo, do interesse aurífero, mas não único nem exclusivo, pois que era do próprio motivo da exploração o fomento de artigos de subsistência e troca, garantidor da continuidade daquele. O desestímulo, identificado em várias frentes, inclusive a retirada de uma tradicional jurisdição da vila de Itú, a empobrecer praticamente todo o território, teria de trazer conseqüências desastrosas, com a formação de um "chomage" parasitário, a aumentar o número de vadios, muitos deles aventureiros, mas a maioria índios, mormente os carijós, mestiços, e outros que, no tempo, representariam novos problemas de ordem social, que a só conscrição, militar, talvez, poderia atenuar e deles motivar-se. Esse, aliás, o moto maior daquele empenho do Morgado — sob determinações emanadas da coroa, evidentemente, — do arrebanhamento civil para a fixação de moradores, aproveitando todo um esquema já existente e aplicado — oriundo, por sua vez, de outra motivação artificial, qual a do afastamento dos jesuitas dos colégios e aldeias na administração dos índios — que era o da transformação das aldeias, nos seus poucos números, no sul, em vilas, dentro de um programa que se chamou Diretório, cujos detalhes ainda conheceremos. A fixação do morador, como não podia deixar de ser, mesmo porque seculares usos e costumes informavam a civilização portuguesa, tinha o atrativo primário da isenção, por um lapso de tempo conveniente à família que se instalava ou formava e, corolário indispensável, ao incremento da cultura agrícola — e tal isenção tinha como um dos seus principais itens a suspensão da prestação do serviço militar obrigatório, de recente "recriação" na capitania — o prazo dessa duração, casuisticamente, tinha a variável duração entre três e dez anos — não poucas vezes a coroa (o rei) insurgindo-se contra excessiva "liberalidade" mandando alterar-se o convencional, com todas as surpresas inevitáveis. No geral, porém, as promessas eram mantidas — pois o povoamento era tão importante como qualquer outra obrigação de caráter público. Aqui, se diz povoamento como quem diz fixação do morador.

Antes do tempo do Morgado, porém, não cuidava a coroa do arrebanhamento de vadios; ao contrário, ela os criava, como eu já disse, em particular na capitania de São Paulo, que foi perdendo paulatinamente as motivações desenvolvimentistas, inclusive porque as coisas se tornavam sempre mais difíceis, onerosas, demoradas — até mesmo para se conseguir uma porção de terreno. Dificuldade, aliás, que vinha de longa data, pois S. Paulo esteve quase sempre "acéfalo" na sua governadoria, com delegados substitutos que se aboletavam ou em Santos ou no Rio ou em Vila Rica. Evidentemente, a burocracia não seria obstáculo intransponível, mesmo porque a posse pura e simples podia ser feita — e se fez maiormente — apesar do risco de um registro de surpresa por parte de terceiro, quase sempre próximo, ou mais chegada aos gabinetes concedentes. Por que São Paulo foi assim tão sacrificado? As respostas são muitas também as justificativas, ou "desculpas". Algumas delas, ainda direi, não passando de exemplos, porque não é desta série tal estudo — na amplitude que exige e merece, — matéria aliás que esboro também programar futuramente. E nas ra-

zões que exemplificarei, estejam certos os leitores, que o Conde Bobadella estará presente, porque a ele é que vai o débito mais considerável pelo que São Paulo teve de passar — inclusive o manter-se como rebaixada a simples comarca sujeita ao Rio por 17 longos anos, quando perdeu "divisas" de toda sorte: a primeira, a de "capitão", por isso que deixou de ser capitania; depois, a de "fronteira", com as capitanias linitrofes avançando no que era seu e por último, aquelas "divisas" que eram numerários, pois o Rio deveu-lhe bom dinheiro sem nunca pagá-lo, apesar dos protestos — embora fracos — até mesmo do Morgado — além das despesas com que teve de arcar para defender limites territoriais de capitanias que se tinham formado a custa de áreas que durante muito tempo foram suas. As operações de guerra contra Espanha, em boa parte foram sustentadas com o magro tesouro de S. Paulo — até para alojar tropas vindas de outras capitanias, e isto se prolongou além do período de governo do Morgado. E a economia bandeirante foi-se de mal em pior, podendo ser classificada de péssima durante os 10 anos deste governador — que não a restaurou como erro, com a restauração da capitania, que de fato neamente se tem afirmado — decerto confundindo-a com a restauração da capitania, que de fato ocorreu com a sua vinda, quando, a 22 de julho de 1965, assumiu o cargo em Santos, onde residia o governo subalterno da comarca de S. Paulo. Não fosse a questão fronteiriça com os espanhóis e talvez S. Paulo tivesse de esperar o final do século para então — com as comoções internacionais — recuperar o "dote" que o Bobadella abischoitou, num passe de mágica: — a sua capitania, mãe de todas. O propósito povoador na verdade não detinha assim tanta força — não era isto que visavam D. José e seu ministro Pombal, assoberbados pelo entrevero fronteiriço, hostilidades aliás que evidenciaram inclusive não ter tido a diplomacia do Bobadella aquele significado que se pretende dar-lhe — uma guerra da qual ele ainda tomou conhecimento morrendo a seguir, dizem que de desgosto. Morto o Bobadella, S. Paulo duplamente acéfalo, ainda ficou subalterno — talvez sem nenhum governo por mais dois anos — e por todo um ano com governo indireito, pois foi o tempo em que o Morgado permaneceu em Santos. Nessa fase, muito se escreveu entre ele e o vice-rgi, e entre ele e Pombal — do que ficou evidenciado que o povoamento era efeito dos outros propósitos reinóis — louváveis, propósitos, não há dúvida e nem eu vejo doutra forma a defesa do nosso território e da nossa soberania onde e quando se faça necessária. E sorte nossa o empenho do Morgado nesse sentido — o nosso azar diz respeito à sua improvisação povoadora e mais particularmente Campinas, que só foi lembrada por ele — que foi, aliás, antes, lembrado — no bruxolear do seu governo — dez anos praticamente depois que aqui chegou. E não poderia o Morgado ignorar a existência de Campinas, em data bem antes daquela do seu extemporâneo e, diga-se, precipitado, interesse. Por isso que é de ser tido como um retardatário, em todos os sentidos, no que toca a Campinas — que, depois dele, ainda por um bom tempo (o prazo da isenção, confirmada pelo governador seguinte, o Lobo) servia de "valhacouto" para desertores — na vã esperança de aproveitar aquela concessão mal aplicada do Morgado — Isto e mais coisas é o que veremos, no seguir da série, nesta segunda fase, alternadas as crônicas com as da retrospectiva paulistana, do que já informei os leitores.